

LEI MUNICIPAL Nº 2.146/26, DE 26 DE JUNHO DE 2026.

Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e dispõe sobre a sua organização e funcionamento.

JAIR ANTONIO OSTROWSKI, PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANO PEIXOTO, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo ordenamento jurídico vigente, de conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º - É criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM, órgão colegiado de composição paritária entre o poder público municipal e a sociedade civil organizada, de natureza consultiva e caráter permanente, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher tem por finalidade formular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção dos direitos das mulheres, bem como atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero.

Art. 3º - São competências do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher:

I - Participar da elaboração de critérios e parâmetros para o estabelecimento e implementação de metas e prioridades que visem a assegurar as condições de igualdade às mulheres;

II - Apresentar sugestões para a elaboração do planejamento plurianual do município, o estabelecimento de diretrizes orçamentárias e a alocação de recursos no Orçamento Anual do Município, visando subsidiar decisões governamentais relativas à implementação do Plano Municipal de Políticas para as mulheres;

III - Propor a adoção de mecanismos e instrumentos que assegurem a participação e o controle social sobre as políticas públicas para as mulheres;

IV - Acompanhar, analisar e apresentar sugestões em relação ao desenvolvimento de programas e ações governamentais e a execução de recursos públicos para eles autorizados, com vistas à implementação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres;

V - Manifestar-se sobre o mérito de projetos que tenham implicações sobre os direitos das mulheres;

VI - Propor estratégias de ação visando ao acompanhamento, avaliação e fiscalização das políticas de igualdade para as mulheres, desenvolvidas em âmbito municipal, bem como a participação social no processo decisório relativo ao estabelecimento das diretrizes dessas políticas;

VII - Apoiar o Poder Executivo na articulação com outros órgãos da administração pública federal estaduais;

VIII - Participar da organização das conferências municipais de políticas públicas para as mulheres;

IX - Articular-se com órgãos e entidades públicas e privadas, visando incentivar e aperfeiçoar o relacionamento e o intercâmbio sistemático sobre a promoção dos direitos da mulher; e

X - Articular-se com os movimentos de mulheres, conselhos federal e estaduais dos direitos da mulher e outros conselhos setoriais, para ampliar a cooperação mútua e estabelecimento de estratégias comuns de implementação de ações para a igualdade e equidade de gênero e fortalecimento do processo de controle social.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 4º - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será composto por 08 (oito) membros e respectivos suplentes, todos nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, na seguinte proporção:

I - 04 (quatro) representantes titulares do Poder Público Municipal, e seus respectivos suplentes, sendo:

a) 01 (um) indicado pela Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento;

b) 01 (um) indicado pela Secretaria Municipal de Saúde;

c) 01 (um) indicado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto; e

d) 01 (um) indicado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

II - 04 (quatro) representantes titulares da sociedade civil organizada, e seus respectivos suplentes, sendo:

a) 01 (um) indicado pelos Grupos de Atividades do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS;

b) 01 (um) indicado pelo do Escritório da Associação Riograndense de Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER;

c) 01 (um) indicado pelo Núcleo/Associação do Comércio local; e

d) 01 (um) indicado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Art. 5º - O mandato dos conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será de 02 (dois) anos, permitida a recondução por uma única vez, por igual período.

Art. 6º - A função dos membros do Conselho é considerada serviço público relevante e não será remunerada.

CAPÍTULO III DA PRESIDÊNCIA E DA VICE-PRESIDÊNCIA

Art. 7º - Para cada mandato, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher elegerá, na primeira reunião ordinária da respectiva gestão, dentre seus membros, o seu Presidente e seu Vice-Presidente.

Art. 8º - Compete ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher:

- I - Coordenar os trabalhos e representar o colegiado;
- II - Convocar e presidir reuniões e aprovar as respectivas pautas;
- III - Dirigir e orientar as discussões, concedendo a palavra aos conselheiros, coordenando os debates e neles intervindo para esclarecimentos;
- IV - Resolver as questões de ordem;
- V - Promover o regular funcionamento do Conselho, solicitando às autoridades competentes as providências e recursos para atender às necessidades dos serviços;
- VI - Exercer o direito de voto de qualidade, no caso de empate nas votações;
- VII - Apresentar, anualmente, ao colegiado, no decorrer do primeiro trimestre, o relatório das atividades referentes ao ano anterior, remetendo cópia do mesmo ao Prefeito e às entidades com representação no Conselho;
- VIII - Solicitar ao Secretário Municipal de Assistência Social o relatório operacional e financeiro da administração do Fundo Municipal dos Direitos das Mulheres;
- IX - Resolver os casos omissos de natureza administrativa.

Art. 9º - Compete ao Vice-Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher substituir o Presidente nos casos de impedimento, de forma exclusiva, bem como suceder, no caso de vacância.

Art. 10 - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher terá, em sua estrutura, uma Secretaria Executiva, na qualidade de unidade de apoio para o seu funcionamento, cuja composição será disciplinada no Regimento Interno, sendo garantido o apoio técnico e administrativo que necessitar, a ser prestado pela Coordenadoria Municipal da Mulher.

Parágrafo Único - A Secretaria Executiva tem as seguintes atribuições:

- I - Executar trabalhos de natureza administrativa do Conselho;
- II - Instruir processos e encaminhá-los ao Presidente e, quando

solicitado, a terceiros;

III - Organizar a pauta das reuniões para aprovação pelo Presidente;

IV - Providenciar a instalação e o funcionamento das reuniões;

V - Assessorar o Presidente durante as reuniões, elaborar as atas e providenciar os registros das deliberações do colegiado, divulgando-as aos conselheiros;

VI - Encaminhar aos conselheiros as informações relativas aos trabalhos, acompanhadas de cópias de documentos e especificação clara acerca de prazos a serem cumpridos;

VII - Providenciar, junto à Administração Pública Municipal, a ampla divulgação e, quando necessário, a publicação das resoluções do Conselho na imprensa oficial do Município;

VIII - Manter registro das atividades das comissões temáticas do Conselho, articulando os seus trabalhos com a agenda e pauta de reuniões do colegiado;

IX - Organizar a documentação, manter arquivos e bancos de dados do Conselho;

X - Orientar e instruir, sempre que necessário, conselheiros, entidades e organizações de assistência social quanto às ações do Conselho;

XI - Outras que estiverem previstas no Regimento Interno do Conselho.

CAPÍTULO IV DOS CONSELHEIROS

Art. 11 - São responsabilidades do conselheiro do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher:

I - Ser assíduo às reuniões, informando com antecedência eventuais ausências, que deverão ser justificadas junto Secretaria Executiva;

II - Ter participação ativa nos trabalhos do colegiado e colaborar no aprofundamento das discussões, com a finalidade de auxiliar as suas decisões;

III - Divulgar as discussões e as decisões do Conselho nas instituições que representam e em outros espaços de atuação social;

IV - Contribuir com experiências de seus respectivos segmentos, com vistas ao fortalecimento das políticas de assistência social;

V - Manter-se atualizado em assuntos relativos à política municipal dos direitos da mulher, indicadores socioeconômicos locais e regionais, políticas e orçamentos públicos e demandas sociais;

VI - Colaborar com o colegiado no exercício do controle social;

VII - Desenvolver habilidades de negociação e prática de gestão governamental;

VIII - Atuar em articulação com o seu suplente e em sintonia com a entidade que representa no colegiado;

IX - Estudar e conhecer a legislação municipal, estadual e nacional sobre direitos das mulheres;

X - Acompanhar, permanentemente, as atividades desenvolvidas pelas entidades e organizações de assistência social, para assegurar a qualidade dos serviços oferecidos aos beneficiários da respectiva política.

CAPÍTULO V DO FUNCIONAMENTO

Art. 12 - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher reunir-se-á ordinariamente e extraordinariamente sempre que necessário, cabendo, nesse caso, ao Presidente convocar a sessão com antecedência.

§ 1º - As reuniões ordinárias e extraordinárias só poderão se instalar com a presença da maioria absoluta dos membros do colegiado.

§ 2º - Todas as reuniões serão públicas, precedidas de ampla divulgação e objeto de registro em ata.

Art. 13 - Nas reuniões ordinárias, é o colegiado o órgão de deliberação máxima do Conselho, cujas decisões serão tomadas por maioria simples de votos e terão força conclusiva.

Art. 14 - As deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher com força normativa serão formalizadas como resoluções.

Art. 15 - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher poderá instituir grupos temáticos e comissões, de caráter temporário, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos, a serem submetidos à sua composição plenária, definindo, no ato de criação, seus objetivos específicos, sua composição e prazo para conclusão do trabalho, podendo, inclusive, convidar para participar daqueles colegiados representantes de órgãos e entidades públicos e privados e dos Poderes Legislativo e Judiciário.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 - Na primeira reunião do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será elaborado e aprovado o seu Regimento Interno, na forma de Resolução, que será publicada na imprensa oficial do Município.

Art. 17 - Fica facultado ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher promover a realização de seminários ou encontros regionais sobre temas constitutivos de sua agenda, bem como acompanhar a execução de contratos, convênios e parcerias firmados pela Coordenadoria Municipal da Mulher.

Art. 18 - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 19 - Esta Lei Municipal entrará em vigor na data de sua publicação, no local de costume, revogadas as eventuais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANO PEIXOTO,
RS, aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis.

JAIR ANTONIO OSTROWSKI,

Prefeito Municipal.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Em 26.06.26

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO.

EDIANE FATIMA ARTUSO GIARETA,

Secretário Adjunto.